

## Editorial

Lúcia Afonso<sup>1</sup>

Este número temático de Pesquisas e Práticas Psicossociais foi proposto com a intenção de dar visibilidade aos trabalhos de pesquisa e intervenção psicossocial que vêm contribuindo para a implementação e consolidação da atuação profissional nas políticas públicas. Interessava-nos, primordialmente, produzir um material que oferecesse uma reflexão sobre diferentes maneiras de efetivar a participação dos sujeitos, visando dar materialidade àquilo que é letra e ainda promessa na Constituição Federal 1988, sobre as políticas públicas de promoção, proteção e garantia de direitos que têm a participação como um princípio fundamental. Assim, a intenção também era a de provocar pesquisadores e profissionais para a sistematização de produções que pudessem vir a ampliar o debate em torno dos processos de efetivação e democratização das políticas públicas.

A chamada por artigos foi feita até agosto de 2014, de uma maneira bastante ampla, deixando clara a receptividade para artigos não apenas de Psicologia Social, mas também de cunho interdisciplinar, dentro da temática das Metodologias Participativas nas Políticas Públicas. Trabalhamos com uma compreensão de metodologias participativas como metodologias de ação e intervenção social que promovem e desenvolvem a participação dos usuários em diferentes aspectos e dimensões das políticas públicas. As contribuições poderiam abranger um amplo leque de questões, relacionando as metodologias

participativas às políticas públicas, à promoção da cidadania, à análise de resultados, a experiências singulares e à discussão de sua fundamentação teórico-metodológica.

A resposta à nossa proposta do número temático foi bastante significativa. Foram enviados 30 artigos, vindos de todo o país. Ao final, foi possível compor o número com um total de 17 artigos, sendo que um pequeno número foi encaminhado para avaliação para o fluxo contínuo da revista. O volume do material, a necessidade de avaliação duplo cega de cada artigo e a gestão de toda a correspondência com avaliadores e autores, provocaram um atraso no cronograma inicial. Porém, após um ano da chamada por artigos, estamos publicando o número temático, que conta com trabalhos oriundos de dezesseis instituições de ensino superior (UFAM, UFRN, UFP, UnP, UFPb, UFRGS, UNIVALI, UFSC, UFRJ, USP, UNA-BH, PUC-Minas, UFMG, UEMG, UFJF e FAMINAS), distribuídas em sete unidades da federação. As contribuições incluem ensaios teóricos, relatos de pesquisa e relatos de experiência, cobrindo uma diversidade de áreas de atuação.

Alice Grasiela Cardoso Rezende Chaves e Simone Mainieri Paulon assinam o primeiro artigo, intitulado *Sobre o pesquisar uma pesquisa: Notas metodológicas acerca das experimentações de uma abordagem metodológica participativa*. As autoras discutem o processo da pesquisa

participativa, enfatizando elementos que produzem uma espécie de “estranheza” junto aos pesquisadores, exigindo o seu posicionamento. Alertam aos leitores tratar-se de uma pesquisa sobre outra pesquisa, que resultou em uma reflexão sobre a experiência de participar de uma investigação avaliativa e participativa em saúde. A utilização de procedimentos metodológicos qualitativos, como diário de campo, grupo focal e grupo de enunciação, andou lado a lado a processos coletivos de análise, questionando o lugar mesmo do pesquisador. A quem pertence o papel de analista? A participação dos diferentes atores sociais implicados na pesquisa abre horizontes sobre a prática de pesquisar e problematizar o mundo.

Magda Dimenstein, João Paulo Macedo, Jáder Ferreira Leite e Maria Aparecida de França Gomes assinam o segundo artigo, que se debruça sobre experiências de investigação participativa no âmbito das políticas públicas. No ensaio *Psicologia, políticas públicas e práticas sociais: experiências em pesquisas participativas*, eles abordam a instituição pesquisa, problematizam o lugar dos saberes especializados (no caso, a Psicologia) e sua delicada relação com a produção do conhecimento nas políticas de bem-estar social. As metodologias participativas têm sido inovadoras na medida em que instauram novas relações no campo da pesquisa, abrangendo a análise das implicações do pesquisador e dos demais atores envolvidos nesse processo. Assim, abrem possibilidades de criação de novos campos de sentido e de intervenção na realidade.

O tema da participação da juventude na área da educação é abordado por Shirley de Lima Ferreira Arantes e Simone Ouvinha Peres em *Programas de iniciação científica para o ensino médio no Brasil: educação*

*científica e inclusão social*. O artigo oferece um panorama do conjunto de programas de iniciação científica focados no ensino médio no Brasil e discute estratégias para a educação científica e a inclusão social de jovens. A participação na iniciação científica, no ensino médio, repercute sobre a trajetória escolar, profissional e pessoal dos jovens, seus projetos de vida e inserção no mercado de trabalho. Tradicionalmente, o acesso à educação científica tem sido bastante restrito aos jovens de segmentos historicamente favorecidos, pela sua proximidade com os meios e processos de produção do conhecimento. As autoras refletem que, ao longo dos últimos trinta anos, instituições de ensino e pesquisa têm engendrado estratégias para a ruptura da pedagogia tradicional, exatamente no ponto que ainda se faz *nó górdio* na democratização da educação, o ensino médio. Assim, a participação é pensada considerando-se a atuação efetiva, em uma política pública, dos jovens de segmentos socialmente desfavorecidos, com efeitos tanto para os seus projetos de vida quanto para a democratização de uma sociedade, onde a produção do conhecimento científico sempre foi uma prática das elites.

*A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários* é o artigo escrito por Christie Dinon Lourenço da Silva, Raquel Cristina Denardi, Ana Paula Sesti Becker e Josiane da Silva Delvan. As autoras discutem a necessidade de se romper com a lógica asilar ainda presente nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, o que se constitui em um desafio para os profissionais de Psicologia. Analisando as entrevistas com seis psicólogas dos serviços de acolhimento institucional de dez municípios do litoral catarinense, as autoras refletem como as ações

interdisciplinares e participativas podem se constituir em caminhos possíveis para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários junto a crianças em situação de acolhimento institucional.

No artigo *Juventude e drogas: uma intervenção sob a perspectiva da Psicologia Social*, Maira Ribeiro de Souza, Cássia Ribeiro de Souza, Camila Marques Silva Daher e Lara Brum de Calais apresentam uma pesquisa intervenção sobre a prevenção do abuso de álcool e outras drogas junto a jovens, pautada na promoção integral da saúde e na criação de modos singulares de cuidado. As atividades foram realizadas com adolescentes de uma escola pública em um pequeno município mineiro. A intervenção foi desenvolvida por meio de oficinas temáticas, observando-se a estratégia a redução de danos, que busca diminuir os prejuízos do uso de drogas, e sem preconizar a abstinência como a única saída. As autoras argumentam que, quando valorizados por meio da participação empráticas que levem em conta as suas experiências, os jovens assumem um posicionamento ativo nas discussões sobre questões relacionadas à sua vida.

Na área da saúde mental, contamos também com o trabalho *Arte e saúde mental: uma experiência com a metodologia participativa da educação popular*, de Lucélia Almeida Andrade e Thelma Maria Grisi Velôso. Realizada como estágio, em um Centro de Atenção Psicossocial da cidade de Campina Grande (PB), essa experiência foi embasada nos pressupostos teóricos e metodológicos da Psicologia Social Comunitária, em diálogo com a Educação Popular e, ainda, com os princípios norteadores da Reforma Psiquiátrica brasileira. Além de oficinas com os usuários, foram desenvolvidas atividades dentro da metodologia do Teatro do Oprimido e com o uso de

diversas linguagens artísticas. Com a participação dos usuários em todo o processo, foi produzido um documentário sobre suas histórias de vida, enfocando locais e tipos de tratamento a que foram submetidos, assim como seus projetos de futuro. Tais práticas contribuíram para estimular a criatividade, a autonomia, o protagonismo social e, em sentido amplo, a saúde dos usuários.

Betânia Diniz Gonçalves, Marcia Mansur Saadallah e Isabela Saraiva de Queiroz descrevem, em artigo de mesmo nome, o projeto *Articulando redes, fortalecendo comunidades: intervenção psicossocial e articulação entre universidade, comunidades e políticas públicas*. O trabalho de intervenção psicossocial começou por demanda dirigida à PUC-Minas por grupos de três comunidades. No processo de intervenção, iniciativas pré-existentes de organização comunitária, com a presença de lideranças locais, começaram a ser fortalecidas e, ao mesmo tempo, surgiu um fértil campo de problematização sobre a organização local e suas parcerias com a rede de serviços, incluindo os centros de produção do conhecimento. Ações conjuntas passaram a ser desenvolvidas entre as três comunidades, dando chão para um processo de construção de saber coletivo entre comunidades e universidade. Esse processo ganhou materialidade com a discussão de casos similares existentes nas comunidades, busca conjunta de solução e encaminhamento de questões, o que provocou a preocupação com a capacitação coletiva, uma necessidade de consolidar e desenvolver as conquistas do projeto no espaço/tempo local.

*O trabalho psicossocial em rede: uma experiência no município de Cajamar é uma contribuição de Soraia*

Ansara e Ingrid Matzembacher StockerTaffarello. Baseando-se na Psicologia Comunitária, as autoras relatam a implantação de um trabalho em rede, ao longo de dois anos, com a participação de diferentes atores sociais, dentre eles representantes do poder público (diretorias: cultura, esportes, saúde, assistência social, defesa civil), da sociedade civil (associações de bairro, pastoral da criança, usuários da assistência social), representantes de empresas e comércio. A intervenção psicossocial visava construir práticas comunitárias, desde a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social, rompendo com práticas assistencialistas e promovendo a cidadania consciente e crítica. As autoras enfatizam o potencial das metodologias participativas nesse processo, tanto mais quanto torna-se necessária a participação ativa da população não apenas no processo preliminar de pesquisa, mas principalmente, no controle social das políticas públicas.

No artigo *Entre imagens e palavras: as Agentes Comunitárias de Saúde como artífices*, Luis Carlos Nunes Vieira e Jaqueline Tittonidão dão voz aos entrevistados, por meio da produção de imagens e fotografias, para conhecer os sentidos que atribuem às suas práticas. O artigo relata a experiência desenvolvida com base no referencial da pesquisa intervenção, junto a equipes de saúde da família no município de Porto Alegre e aborda a importância da integração de conhecimentos técnicos e experiências no cotidiano desses profissionais.

Roberta Carvalho Romagnolié é autora de *Apontamentos metodológicos da pesquisa-intervenção no contexto da assistência social: conexões entre universidade e equipe*. Tendo a pesquisa-intervenção institucionalista como metodologia e as ideias de René

Lourau e Deleuze e Guattari como marco teórico, ela reflete sobre a participação da equipe de profissionais no processo de pesquisa e analisa as relações no território de um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), em Belo Horizonte, enfatizando o modo de gestão do trabalho social entre a equipe e com as famílias. A partir de assembleias e reuniões, foram rastreados os efeitos do estudo no cotidiano de trabalho da equipe. Nesse processo, a metodologia participativa deslanchou vários dispositivos transformadores sobre as práticas sociais estudadas.

A relação entre a política pública e a intervenção psicossocial ganha espaço no ensaio *O trabalho com grupos no PAIF: um diálogo interdisciplinar com a Oficina de Intervenção Psicossocial*, escrito por Maria Lúcia Miranda Afonso e Fabiana MeijonFadul. O artigo objetiva discutir as contribuições da Oficina de Intervenção Psicossocial (OIP) para o trabalho com grupos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) da Proteção Social Básica do Sistema Único da Assistência Social. Ao fazê-lo, sistematiza a proposta oficial de oficinas no PAIF e delinea os fundamentos teórico-metodológicos da OIP, no campo da intervenção psicossocial. A partir daí, apresenta um quadro com possíveis contribuições da OIP à política pública, explorando a sua dimensão dinâmica (relativa ao processo grupal) e transversal (relativa à efetivação dos objetivos da política pública). As autoras ressaltam que as metodologias participativas são necessárias nas políticas públicas que se colocam a função de promover, proteger e garantir direitos. Isto porque o princípio da participação está na base mesma da sua proposição e implementação desde a Constituição Federal de 1988.

Em *A fonte que nunca seca: o trabalho cotidiano de mulheres com a água no semiárido*, Maria Inácia D'Ávila Neto e Gabriel de Sena Jardim escrevem sobre metodologias participativas aplicadas a famílias beneficiadas por projetos relativos a políticas públicas de desenvolvimento, em regiões onde há escassez de água, atingindo, mais diretamente, mulheres do interior da Paraíba, numa região do Semiárido. A abordagem foi elaborada a partir da metodologia participativa feminista, levando em consideração as questões de gênero na utilização da água, apoiando-se nos estudos culturais do cotidiano e na crítica sobre a *colonialidade* da dimensão do desenvolvimento, que, muitas vezes, não contempla o trabalho feminino, mantidas as tarefas tradicionais, consideradas “naturais” para a mulher. A metodologia participativa colabora para desnudar essa situação, respeitando a voz e o saber das mulheres sobre o seu cotidiano.

Adriana Gonçalves Queiroz e Ana Cláudia Porfírio Couto contribuíram com o artigo *Metodologia participativa, subjetividade individual e social: a experiência de facilitação de reuniões de moradores em Residências Terapêuticas*. Na política de saúde mental, as residências terapêuticas estão incluídas entre os novos dispositivos que visam acolher e oferecer aos usuários meios de desenvolvimento de autonomia. O artigo disserta sobre as reuniões como metodologias participativas, com potencial efeito individual e social, que influenciam o morar e a convivência na casa, constituindo-se em estratégias importantes para a construção da subjetividade individual e social dos moradores.

No artigo seguinte, os autores apresentam uma metodologia de intervenção desenvolvida durante um

projeto de educação e atenção psicossocial junto a homens autores de violência conjugal, que foram autuados pela Lei Maria da Penha. Fabiane Aguiar Silva; Fernanda Priscilla Pereira da Silva; Enio de Souza Tavares; Herbert Santana Garcia Oliveira; André Luiz Machado Neves; Iolete Ribeiro da Silva; Kátia Neves Lenz de Oliveira (*in memoriam*) assinam o artigo *Atenção psicossocial a homens autores de violência conjugal contra a mulher: uma construção participativa*. O projeto ancorou-se nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Libertadora. Foram desenvolvidos encontros com os sujeitos, privilegiando elementos como a vinculação, a dialogicidade e a construção conjunta. O projeto criou estratégias metodológicas participativas junto aos homens autores de agressão conjugal, possibilitando uma reformulação dos sentidos de masculinidade, gênero e relação conjugal. Os autores propõem que a experiência pode vir a se constituir em aporte metodológico para intervenções posteriores e reflexões sobre políticas de gênero.

As questões da identidade de gênero marcam o artigo *Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão*, de Lincoln de Oliveira Rondas e Lucília Regina de Souza Machado. Em diálogo com a literatura, e a partir de doze depoimentos, o texto aborda os embaraços e impedimentos à realização profissional dos sujeitos no mundo do trabalho. Nesse contexto, discute as estratégias pessoais desenvolvidas pelos travestis para a superação de obstáculos e tece considerações sobre políticas públicas que poderiam promover, junto aos sujeitos, o acesso à capacitação profissional e ao emprego, contribuindo para a sua inclusão social.

As metodologias participativas foram consideradas importantes em trabalhos que abordam o atendimento a crianças e adolescentes, a sua inclusão social como sujeitos ativos e participativos na sociedade contemporânea. Destaca-se, aqui, o artigo *A participação de crianças nas políticas públicas: construção, prática e desafios*, de Beatriz Corsino Pérez e Marina Dantas Jardim. Com o objetivo de experimentar metodologias participativas de inclusão das crianças nas políticas de planejamento e infraestrutura da cidade, foram realizadas oficinas com 65 meninos e meninas com idade entre 4 e 12 anos, moradoras da favela Santa Marta. As crianças puderam se expressar sobre os problemas que vivem em seu território: lixo, valas de esgoto, moradias precárias, falta de equipamentos para lazer e falta de segurança, incluindo as suas visões sobre a presença da Polícia Pacificadora e sua relação com a população da favela. Valorizando as crianças como sujeitos sociais, as autoras argumentam que elas devem ser ouvidas e chamadas a contribuir na construção de projetos democráticos de intervenção urbana. As metodologias participativas se tornam especialmente interessantes por oferecerem, além da conversação, outros recursos e linguagens para o diálogo com as crianças, tais como desenhos e fotografias, sobre os quais é possível produzir, analisar e sistematizar sentidos.

O interesse pela inclusão social dos adolescentes por meio de metodologias participativas inspira o artigo de Adriane Drummond de Almeida Ciodaro e Ediméia Maria Ribeiro de Mello, intitulado *Inserção de alunos em empreendimento solidário na educação integral para o desenvolvimento local*. As autoras relatam uma pesquisa que visava fundamentar uma metodologia de

formação para implementação de *educação econômica*, em uma escola pública de Belo Horizonte, no contexto do Programa Mais Educação, de âmbito nacional. A pesquisa ouviu gerências e professores comprometidos com a educação integral bem como lideranças do Movimento da Economia Solidária. A partir da pesquisa, as autoras desenvolvem uma metodologia participativa de formação para adolescentes, organizada na forma de oficinas e articulada aos princípios da Economia Solidária.

A diversidade dos artigos recebidos colabora para mapear um campo de práticas de intervenção psicossocial e a riqueza desse campo suscita o desejo de aprofundar o tema. Quando falamos em metodologias participativas, nos deparamos com uma rede complexa de questões que precisam ser discutidas, ao longo do tempo e por meios diversos. Algumas questões iniciais podem servir de provocação para o debate. Cada uma delas foi cuidadosamente pensada como um ponto de problematização sobre a Psicologia Social e as suas contribuições em uma sociedade democrática.

O que entendemos por participação em suas diferentes dimensões? Como interligar a participação dos sujeitos individuais, em contextos restritos, como o dos pequenos grupos, à participação coletiva na dimensão societária? Que metodologias propiciam a participação, de quem, quando, como? Que elementos precisam ser levados em consideração quando nos propomos a desenvolver um trabalho participativo, por exemplo, os vínculos, o contexto, a linguagem? Como essas metodologias participativas se inserem nas políticas públicas? É possível desenvolver um trabalho de intervenção psicossocial dentro das políticas públicas, uma vez

que estas estão ligadas à racionalidade do Estado capitalista? E, por outro lado, é possível que as metodologias participativas colaborem para a democratização das políticas públicas? Como interligar a participação que é produzida em pequenos grupos e projetos locais com a participação política nas instâncias de controle das políticas públicas? Como fazer monitoramento e avaliação quando se usa metodologias participativas? Como aproximar o resultado do trabalho psicossocial aos objetivos da política pública, no âmbito da promoção, proteção e garantia de direitos?

Finalizando esse trabalho, pedimos que nos relevem nossos erros e errâncias. Acreditamos que este número temático cumpriu a sua promessa de provocar a discussão e esperar pelos mais diversos frutos. O prazer em editá-lo foi diretamente proporcional ao trabalho que deu! Resta-nos agradecer a todos que colaboraram em sua construção: autores, pareceristas, comissão editorial, equipe de revisão e formatação e, de maneira muito especial e carinhosa, ao Thales Alberto Fonseca Vicente, companheiro fiel nessa travessia.

<sup>1</sup>Maria Lúcia Miranda Afonso é a editora convidada para este número temático. Membro do Conselho Editorial de Pesquisas e Práticas Psicossociais. Psicóloga social e clínica. Mestre e Doutora em Educação. Pós-doutorado em Psicologia Social. Professora do mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, do Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG. E-mail: [luciaafonso@ibest.com.br](mailto:luciaafonso@ibest.com.br)